

Especial

Entrevista Chen Changsheng diz que crise de 2008 agravou problemas econômicos, que precisam ser corrigidos

Reformas na China “são inevitáveis”

Vitor Paolozzi
Do Rio

Ao contrário do que pensam os ocidentais, a China não escapou praticamente ileso da crise financeira global iniciada há cinco anos. Para o pesquisador Chen Changsheng, as reformas econômicas anunciadas por Pequim após a Terceira Plenária do 18º Comitê Central do Partido Comunista da China, encerrada há dez dias, são consequência direta dos abalos provocados pela crise.

Chen, de 38 anos, aposta que as reformas avançarão, vencendo a resistência de parte da burocracia estatal que se opõe às mudanças, que visam ampliar o papel das forças de mercado na economia. Ele afirma isso com a autoridade de diretor da unidade de pesquisa do Departamento de Pesquisa Macroeconômica do Centro de Pesquisa para Desenvolvimento (DRC, na sigla em inglês) do Conselho de Estado. O DRC é uma agência estatal para a formulação de políticas públicas para o Comitê Central do Partido Comunista e para o Conselho de Estado, que é o principal órgão governamental chinês.

Chen veio ao Brasil para participar do seminário “Armadilha da Renda Média: Visões do Brasil e da China”, promovido pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV/IBRE) e pelo Instituto de Estudos da América Latina da Academia de Ciências Sociais da China (Ilas/Cass), que acontece hoje no Rio de Janeiro. O seminário faz parte da programação de lançamento de um livro que tem o mesmo nome, escrito por pesquisadores dos dois países.

A armadilha da renda média é uma teoria segundo a qual um país pode conseguir escapar da

pobreza com relativa velocidade, elevando a renda per capita anual até uma faixa em torno de US\$ 12 mil. Mas, a partir daí, atola e fica preso nesse nível, geralmente porque a indústria começa a perder competitividade, pelo aumento dos salários, e não consegue compensar isso com ganhos de produtividade e inovações tecnológicas. Leia a seguir trechos da entrevista concedida ao Valor.

Valor: O que a China pode fazer para tentar evitar cair na armadilha da renda média?

Chen Changsheng: A China está passando por um momento de três grandes transformações: econômica, social e nas suas relações internacionais. O maior desafio para a transformação econômica é como se tornar uma economia que tenha mais inovação tecnológica e que possa se sustentar por si mesma, diminuindo a dependência de outras economias. Na questão da inovação, as forças do governo são muito tradicionais, não existe motivação para fazer mudanças. Já as empresas privadas são muito mais propensas a buscar a inovação. E para isso é preciso também promover a abertura do mercado chinês, porque a China precisa participar do sistema global de inovação. A China precisa abandonar aos poucos esse modelo de controle das empresas pelo governo. O governo não vai administrar diretamente as estatais, mas ainda vai controlar o capital delas.

Valor: O DRC recomendou recentemente o fim do monopólio estatal em vários setores. Que prejuízos esses monopólios estão trazendo para a economia chinesa?

Chen: O maior deles é a baixa eficiência das empresas. Há também o problema de que, em vários setores,

os preços são relativamente altos. Por isso, houve a necessidade dessa recente reforma. Ferrovias, petróleo e telecomunicações são setores que já estão passando por modificações com o objetivo de encerrar o monopólio estatal. Essas mudanças serão graduais, por etapas, até 2020. No início de 2014, o governo divulgará mais um documento, com detalhes das medidas a serem adotadas.

Valor: Quais são os obstáculos à implementação das reformas? Outros líderes já falaram da necessidade de mudanças e pouco foi feito.

Chen: Em qualquer país, a introdução de reformas traz prejuízos para certos grupos. Mas essas reformas são inevitáveis. Para o Ocidente, parece que a China atravessou bem a crise global de 2008. Mas houve muitos problemas internos. Foi essa crise que provocou as reformas. Muitos acham que as políticas velhas são boas o suficiente, já que funcionavam antes. Mas essa crise mostrou que há muitos problemas internos que precisam ser resolvidos.

Valor: Pode-se esperar um fortalecimento das instituições democráticas na China à medida que o país tenta escapar dessa armadilha da renda média?

Chen: Não acho que exista muita relação entre democracia e crescimento econômico. Há outros países asiáticos que têm democracia, mas não têm crescimento muito forte. O governo chinês nunca se negou a discutir esse tema [da falta de democracia]. Mas, para uma boa compreensão da questão, é preciso levar em conta que há um entendimento diferente para ocidentais e orientais. Os ocidentais tendem a pensar que tudo se resume à existência de eleições. Mas,



Reformas vão avançar: Chen Changsheng, diretor do DRC, o principal instituto de pesquisa econômica da China

na China, há uma forte participação da sociedade, há uma democracia interna.

Valor: A urbanização que vem ocorrendo ameaça aumentar a pobreza urbana? Isso não poderia elevar o risco de conflitos sociais?

Chen: Para o governo, essa questão é muito importante, porque a proporção da população que vive no campo ainda é muito alta. Olhando para trás, vemos que o processo de urbanização é relativamente bem-sucedido. A urbanização é acompanhada pela criação de empregos na cidade. Nesse aspecto, é um caso diferente do Brasil. Outro ponto que evita a possibilidade de conflitos sociais é que o camponês ainda tem a alternativa de voltar para o campo. Mas há grandes obstáculos a

vencer, há 260 milhões de chineses que saíram do campo e ainda não têm a garantia de receber serviços públicos nas cidades.

Valor: Quais são as maiores dificuldades para a mudança do atual modelo de crescimento baseado nas exportações para um modelo baseado no consumo interno?

Chen: A influência das exportações já está sendo reduzida. A diferença entre exportações e importações na balança comercial chinesa já baixou para cerca de 2% do PIB. Já existe uma consciência de que a demanda interna é tão importante quanto a externa. O consumo está crescendo cada vez mais, em média 8% ao ano. Porém, é preciso criar condições para que se possa consumir. Ainda há uma grande diferença de renda das pes-

soas. É necessário também melhorar as políticas públicas para promover o desenvolvimento da indústria de serviços, especialmente os setores educacional e financeiro. Na China, uma pessoa que quer criar uma escola, um banco, ainda encontra muitos obstáculos.

Valor: Existe uma bolha imobiliária na China neste momento?

Chen: Realmente, existem problemas no setor imobiliário, mas não sei se se pode definir como uma bolha. Nas cidades grandes, os preços dos imóveis são muito altos quando comparados com a renda das pessoas. E nas cidades pequenas a oferta é muito grande. Também há uma grande oferta de crédito para financiamento. Isso pode vir a se tornar um problema sério.

Poderoso, Xi terá uma tarefa gigantesca

Análise

David Pilling
Financial Times

Pode não ser exagero dizer que Xi Jinping é hoje o líder mais poderoso do mundo. Na realidade, não há muitos competidores. Barack Obama, o presidente dos EUA, foi humilhado no exterior, no caso da Síria, e enfraquecido em casa pelo fracasso embaraçoso de seu plano de saúde. Prematuramente, talvez, ele já está sendo considerado um “lame duck” (pato manco), como se diz em inglês sobre políticos em fim de mandato, com pouco poder. Angela Merkel, a premiê alemã, terá um terceiro mandato limitado como chefe de que, pelos padrões chineses, é uma empresa nacional de médio porte. Shinzo Abe, premiê do Japão, está no comando da mais impressionante máquina impressora (de dinheiro) do mundo, embora nem de longe sua economia seja a mais robusta. Por exclusão, sobra Xi, que tem pela frente nove anos no comando de uma economia que poderá ser a maior do mundo quando ele deixar o cargo, em 2020.

Além disso, Xi não perdeu tempo em fortalecer sua base de poder no país. Em apenas 12 meses, ele tornou-se possivelmente o mais forte líder chinês desde Deng Xiaoping. A prova disso veio na sexta-feira, com o lançamento do aparentemente pouco promissor (mas potencialmente muito significativo) documento “Decisão Sobre Importantes Questões Referentes ao Aprofundamento Abrangente de Reformas”.

O documento (que em inglês já está sendo chamado simplesmente de “The Decision”, com uma conotação oracular) detalha o que parece ser o mais ambicioso esforço de reforma desde que o premiê Zhu Rongji coordenou uma reforma radical do setor estatal, mais de dez anos atrás. Um plano para a próxima década. “A Decisão” mostra que a equipe de Xi está encarando os graves problemas com que se defronta a desigual economia chinesa, movida a grandes investimentos. E, o que é mais relevante, mostra que eles não têm medo de fazer algo a respeito.

A consolidação do poder de Xi foi rápida. Diferentemente de Hu Jintao, a figura decorativa que o

antecedeu, ele logo ocupou todas as três primeiras posições no país, tornando-se, em ordem de importância, secretário-geral do Partido Comunista, presidente da comissão militar e, presidente da China. Xi rapidamente criou uma unidade de anticorrupção, o que provocou um arrepio na espinha da burocracia do partido. Ele também reprimiu críticas na internet e colocou a política externa mais diretamente sob seu controle, algo que se refletiu na formação do Conselho de Segurança Nacional.

Chris Buckley, no “The New York Times”, descreve Xi como um “presidente imperial”, impondo-se sobre seus seis colegas no Politburo. Buckley cita Xiao Gongqin, um defensor do “neautoritarismo”, que vê o novo líder chinês como um homem forte, capaz de sufocar qualquer oposição política à implementação da necessária modernização econômica.

Com efeito, Xi parece estar também no comando do programa econômico. A agência de notícias oficial Xinhua, ao detalhar como “A Decisão” foi formulada, refere-se por nome apenas a Xi, sem mencionar Li Keqiang, que, como primeiro-ministro e economista, supostamente deveria estar no comando da política econômica.

A amplitude e a ambição da reforma exposta na “Decisão”, um documento de 20 páginas, tomou muitos de surpresa. O Credit Suisse diz que o pacote aborda 16 áreas de reformas, com não menos de 60 iniciativas significativas, detalhando o que, conforme sinalização do partido, será uma guinada rumo a um papel “decisivo” do mercado.

Entre as mudanças que ocuparam as manchetes estão o virtual abandono da política de filho único, um abrandamento há muito necessário e que provavelmente chega tarde demais para impedir uma iminente crise demográfica. O partido vai também abolir a infame reeducação por meio do sistema de trabalho forçado. Ambas as medidas são bem-vindas, em especial para os casais que desejam mais filhos ou quem hoje está quebrando pedras com a finalidade de aperfeiçoar suas ideias. As reformas mais profundas, no entanto, são econômicas e financeiras.

O tema comum é o de que, embora os setores produtivos que comandam a economia continuarão

em mãos estatais, grande parte do setor público passará a ficar sujeito a um maior rigor de mercado. Assim, em vez de serem supridos por finanças subsidiadas e insumos subsidiados, como terra e eletricidade, espera-se que as empresas estatais cada vez mais tenham de pagar preços de mercado.

Elas serão mais espremidas por um Estado que necessita mais recursos para desenvolver uma rede de seguridade social, ela própria um componente essencial na tarefa, até agora malsucedida, de colocar a demanda dos consumidores, em vez do investimento, como motor da economia. Governos locais terão poderes para cobrar impostos sobre imóveis.

Por outro lado, a possibilidade de o Estado levantar fundos mediante expropriação de terras será restringida, já que os direitos de propriedade dos donos de terra serão fortalecidos. Isso poderá tornar mais fácil, para os agricultores, mudarem-se para cidades, o que será uma fonte potencialmente importante de urbanização, impulsionadora do crescimento, que também seria beneficiada pelo relaxamento do sistema de cadastro conhecido como “hukou”.

Naturalmente, essa é a teoria. É muito mais fácil escrever do que implementar tudo isso. Ainda assim, mesmo se apenas uma fração da “Decisão” for colocada em prática, o modelo econômico chinês mudará significativamente. Isso deverá produzir benefícios em termos de racionalidade econômica, mas também dor, ao acabar com as ineficiências e o excesso de capacidade.

A economia chinesa está ficando sem combustível, necessitando cada vez mais insumos para gerar retornos sempre decrescentes. “A Decisão” é uma tentativa de colocar a economia em um novo caminho. Será uma tarefa gigantesca.

Xi não precisará apenas manter o colosso econômico nos trilhos. Também terá de trocar o óleo e mudar os pneus enquanto avança aos trancos e barrancos. Nesse sentido, no fim das contas, ele pode não ser o líder mais poderoso do mundo. Ele estará demasiado ocupado com os assuntos internos para preocupar-se muito em fazer sua presença sentida no exterior. **FT**

MELHORES PRÁTICAS DE RI: PARTICIPE DA DISCUSSÃO COM AS EMPRESAS QUE MELHOR SE RELACIONAM COM INVESTIDORES

WORKSHOP IR MAGAZINE BRAZIL AWARDS 2013



Data: 27 de novembro de 2013 (quarta-feira)
Horário: 13h30 às 17h30
Local: Auditório da FGV — Unidade Berrini
Av. das Nações Unidas, 12.495
anexo 1 — 2º andar — São Paulo, SP

Inscrições:
ibri@ibri.com.br

Informações:
F. 11-3106.1836

O IBRI - Instituto Brasileiro de Relações com Investidores — promove o “Workshop: IR Magazine Brazil Awards 2013” com o objetivo de debater os critérios da premiação, bem como apresentar os respectivos “cases” de empresas vencedoras e indicadas por suas boas práticas de relações com investidores. Após os debates com as empresas que melhor se relacionam com os investidores haverá - ao final do workshop - uma sessão especial sobre as perspectivas econômicas e os desafios para RI em 2014. Participe da discussão e aprimore as atividades de RI de sua companhia!

Apresentando os “Cases de RI” vencedores e indicados das empresas: Eternit, IMC Holding, Randon, Vale. Ao final haverá um painel sobre as perspectivas macroeconômicas e os desafios para o profissional de RI em 2014.

Realização:



Apoio de Mídia:
Valor

THE MEDIA GROUP

Patrocínio:



Apoio de Divulgação:



Entidades Apoiadoras:

ABRASCA, ABVCAP, ANBIMA, ANEFAC, APIMEC, IBGC, Portal Acionista